

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • outubro de 2015

NOVO APELO

LÍDERES MUNICIPALISTAS SE REÚNEM COM A PRESIDENTE DILMA



Nesta edição:

- Seminário expõe boas práticas nacionais e internacionais
- CNM mostra o caos da saúde causado pela falta de recursos
- Mais 3 regiões brasileiras recebem o Diálogo Municipalista

Seminário

Boa práticas nacionais e internacionais

II Seminário de Modernização da Gestão Municipal

Em parceria com entidades internacionais, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promoveu nos dias 30 de setembro, 1º e 2 de outubro, em São Paulo (SP), o II Seminário de Modernização da Gestão Municipal. O evento trouxe inúmeros casos bem-sucedidos apresentados por autoridades nacionais e internacionais, desde Bom Despacho, em Minas Gerais, até Bilbao, na Espanha. O objetivo, além de expor tais práticas, é fazer com que elas sejam disseminadas dentro e fora do Brasil.

Os discursos de abertura foram todos norteados para a importância de reposicionar o papel das cidades e quais os desafios devem ser enfrentados pelos governos locais. Participaram autoridades da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), da Comissão de Cidades Digitais do Conhecimento da Organização Mundial de Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU) e da Federação Latino-americana de Cidades, Municípios e Associações (Flacma).

A diretora do Departamento para a Gestão Pública Efetiva da OEA, Maria Fernanda Trigo, destacou que “o local é o lugar da gestão pública por excelência” e que a eficiência e a transparência geram mais legitimidade do governo local. Também neste contexto, o coordenador de Projetos internacionais da Área de Internacionalização da Cidade de Bilbao, na Espanha, e da Comissão de Cidades Digitais e do Conhecimento da CGLU, Jesús Manzano, reforçou: “o bom funcionamento da gestão pública local é a chave para o desenvolvimento econômico”.

Para o secretário-executivo da Federação Colombiana de Municípios e representante da Flacma, Gilberto Toro, “não é possível desenvolvimento, qualidade de vida sem governos locais.” E o secre-



Agência CNM

tário de Relações Internacionais e Federativas da Prefeitura de São Paulo, Vicente Trevas, defendeu que as desigualdades impactam no crescimento. “Estamos crescendo por segregação social. Vivemos em um contexto internacional que convoca as cidades a agir estrategicamente.”

Cidadão aliado à gestão

Foram ao todo seis painéis. Impossível mensurar todas as boas práticas de cada um deles. Mas o *Boletim CNM* destaca, por exemplo, o projeto Governo 3.0 da Fundação Getúlio Vargas. Governo 3.0 são os serviços cocriados com o cidadão. “A gente fala muito sobre ter foco no cidadão, então a gente indica a mudança a partir do olhar dele. Não vou desenhar um serviço para o cidadão, eu vou até a fila, eu converso com ele, eu experiencio o que é estar na fila. Esse trabalho de empatia faz com que os governos descubram o que o cidadão está passando. Nada melhor de ele próprio dizer

do que precisa para o governo redesenhar o serviço. A maioria dos profissionais não conhecem o usuário do seu serviço”, explanou a representante da FGV, Cibele Franzese. Ela citou como exemplo uma experiência feita em Pinheiros (SP) sobre o uso de um espaço público. “Foi interessante porque conseguimos observar *in loco* o problema e construímos um *hall* de recomendações. E 80% disso a prefeitura conseguiu implementar no outro dia sem custo, sem precisar de novas leis, soluções simples. Então, a gente pode conseguir soluções de baixo custo com colaboração e observação.”

Ainda no sentido de aproveitar o olhar do cidadão para a melhor administração, a Prefeitura de Porto Alegre (RS) apresentou o *Smart POA*, uma ferramenta institucional onde os munícipes ajudam a executar o orçamento municipal, dentro de cada uma das secretarias. “É uma interação mais profunda com o cidadão para responder aos desafios da boa gestão e da transparência.”

Inovações internacionais são expostas no Seminário de Modernização da Gestão Municipal



Agência CNM

Miguel Londoño, de Medellín, Colômbia, disse que, “quando estudamos inovação, estudamos boas ideias que podem mudar o mundo.” Ele acredita que a população pode e deve governar junto. “Milhões de pessoas que podem possibilitar a tecnologia social e são ferramentas para melhores decisões dos governantes e maior possibilidade de sucesso das ações. Precisamos integrar conhecimentos em especial no governo, que é mais rígido do que no setor empresarial.” Trata-se de como resumir problemas. “Lançamos um ecossistema em diferentes eixos temáticos, Mobilidade, Educação, entre outros. Treze mil cidadãos propõem mudanças, e os sentimentos de frustração são canalizados para se transformarem em melhorias. Inovação é como estamos implementando o conhecimento obtido por meio da colaboração dos cidadãos”, frisou.

Transparência

Transparência é uma exigência social e tem

repercussão em outros setores da gestão. Isso ajuda a gerir a informação de maneira clara. Do Conselho da Transparência do Chile, Diego Labarca mostrou o caso dos Municípios chilenos. Lá, a realidade municipal é muito complexa – 60% das cidades dependem de um fundo comum, e eles, assim como os brasileiros, também devem seguir a Lei da Transparência. “Temos 20 dias úteis para responder a uma questão. Nosso modelo de gestão é basicamente tentar melhorar o direito ao acesso. É pensado para as pessoas, que devem ter acesso à informação pública.”

O Portal de Transparência foi implementado com sucesso. Em 2011, um estudo revelou que muitos Municípios sequer tinham sites e poucos têm alto padrão de armazenamento. “E quem não cumpre a lei pode ser multado em até 50% do salário.” Com o Portal da Transparência, os Municípios cumpriram em média 85% da lei de acesso à informação pública. Os Municípios que não aderi-

ram atingiram apenas 26% da lei. “Nós Municípios ultrapassamos o governo central”.

Coordenador da Secretaria Técnica do Grupo de Cidades Digitais da Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), Leandro Ardanza trouxe o exemplo de Bilbao, na Espanha. “Ou nos tornamos transparentes ou nos tornaremos transparentes, o que é melhor?”, provocou o palestrante. Onde tudo gira ao redor da transparência, para que qualquer pessoa possa fazer a pergunta que quiser. Bilbao recebeu premiações por causa do rigor econômico e do planejamento estratégico. Os Municípios da Espanha têm dívidas enormes, conta Ardanza, mas o único Município com dívida zero e que paga os fornecedores é Bilbao. “Para nós a transparência é um instrumento de gestão pública avançada. A questão do acesso à informação obriga a gerar todo um expediente de uma prefeitura, que requer respostas rápidas. As pessoas querem saber para onde vão os impostos, e a transparência obrigará o Município a fazer uma avaliação das políticas aplicadas. Precisamos deixar claro em que e de que maneira está sendo gasto o dinheiro. Precisamos publicar em formatos utilizados pela cidadania. Se não está atualizada não está transparente”, concluiu.

Tecnologias

O Urbem, software livre desenvolvido pela CNM, também foi citado como inovação tecnológica. Os ganhos de produtividade e economia foram relatados pelo prefeito de Bom Despacho (MG), Fernando José Cabral. “Para ter eficiência, é preciso de uma ferramenta que ajude com o controle e evite a corrupção. E, nesse sentido, nosso carro-chefe é o Urbem”, afirmou. O prefeito mineiro falou ainda sobre eficiência na administração pública. “De 1% a 5% da arrecadação bruta



Agência CNM

municipal se perdem na corrupção. A ineficiência é ainda pior. São perdidos até 20% do orçamento. Alguns podem achar que é exagero, mas não é. É importante enfrentar a ineficiência para darmos resultados aos cidadãos." Alguns exemplos foram mencionados por Cabral.

Da Federação de Municípios do México, Fernando Torres defendeu a equidade de gênero em favor da boa administração. "Uma questão que pode parecer moda, mas é obrigação é a equidade de gênero. Hoje no México existe uma política na qual todas as questões desse tema está desenhada na política para que, do mais modesto até o mais alto servidor, atenda essa questão da violência de gênero. Somos a cidade das mulheres. Relato que é um programa de modernização."

A primeira-dama da Costa Rica, Mercedes Domingo, foi uma das mais aplaudidas palestrantes. Ela tratou, entre outros assuntos, da importância em atender à maioria da população. "E o ponto central é a participação política das mulheres. Há leis em vários países que exigem que elas sejam colocadas na disputa de cargos elegíveis. Na Costa Rica, apesar da lei, sempre existe essa realidade: 90% dos prefeitos são homens e 10% são mulheres. Não podemos falar em democracia séria se 50% da população está excluída da política", destacou. Coordenadora de diversos projetos públicos na Costa Rica e em outros países, ela ressaltou: "democracia significa oferecer serviços de qualidade, oportunidade e equidade para toda a cidadania do país. Não é apenas um

sistema eleitoral."

Parcerias Público-Privadas (PPP) foram abordadas em um dos painéis do Seminário. Entre as apresentações, a coordenadora da Plataforma Uraía da ONU-Habitat, Mariana Collin, defendeu que o Município deve ter certeza do que vai contratar. "O setor privado oferece um produto pré-definido, mas talvez não é a necessidade local." Outra dica é que o governo municipal tem de assegurar que a PPP é a melhor opção. "Importante fazer estudos como a viabilidade financeira. Ainda é relevante garantir um processo transparente, manter a comunicação constante com a população e com os agentes municipais e entender que a colaboração é um diálogo onde todos vão ganhar: governo e empresas."

O tema Mobilidade Urbana Sustentável e Meio Ambiente encerrou o evento. Um dos convidados foi o secretário da Prefeitura de Pompéu (MG),

Márcio Silva, que explanou a respeito do projeto de energia solar. Ele enfatizou que, num momento de crise energética, por causa dos custos elevados com termoeletricas que são repassados ao consumidor, a geração de energia solar, considerada cara no passado, hoje se viabiliza. "Imaginemos indústrias com linhas de financiamento, pois esse é um projeto que se paga em cinco anos e tem fácil implantação. Trata-se de oportunidade, qualidade do gasto público e sustentabilidade. A administração pública é uma via de mão dupla e temos de ir trocando as figurinhas para fazer o melhor."

Novamente, Bilbao, na Espanha, foi exemplo na questão da Mobilidade aliada à Sustentabilidade. Jesús Manzano destacou três pontos a serem considerados: os serviços precisam ser facilitadores do desenvolvimento econômico; ser gentil com o meio ambiente; e perseguir a mobilidade social. "Os bairros periféricos também devem ser mirados", alertou.

O agradecimento pela participação daqueles que apresentaram boas práticas veio de uma das fundadoras da CNM, Dalva Christofoletti, que falou da relevância do evento. "Quero agradecer vocês de outros países que estão aqui, porque vocês estão marcando o movimento municipalista. Vocês chegam num momento muito difícil para o Brasil, mas nós vamos passar por isso e chegar lá. Vocês estão aqui trazendo boas práticas, boas experiências. E eu que dediquei minha vida ao municipalismo, fico muito grata. Daqui há alguns anos vamos receber vocês e dizer muito obrigada."



Agência CNM

Saúde

CNM alerta para o caos que a falta de recursos pode exercer na política de saúde

A crise que perpetua sobre o cenário brasileiro exerce influência em diversos setores da economia, como a área da Saúde, por exemplo. Em estudo inédito, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) analisa o Sistema Único de Saúde (SUS) em meio ao contexto da crise. Também alerta sobre pontos cruciais da execução da política de saúde no Brasil.

Pela Constituição Federal, é dever do Estado garantir a saúde de toda a população. Como parte da estratégia, foi criado o SUS. O Sistema abrange desde o atendimento ambulatorial, com procedimentos mais simples, até operações mais complexas como transplante de órgãos. O intuito é garantir acesso integral, universal e gratuito para toda a população.

Desde sua criação, o SUS passou por mudanças de modo que pudesse acompanhar as transformações econômicas e sociais do País. Porém, como mostra a CNM no estudo realizado, ainda existe um longo caminho a ser percorrido.

Financiamento insuficiente – O primeiro dos entraves diz respeito ao financiamento do sistema. Todas as três esferas do governo, federal, estadual e municipal, contribuem para manter o SUS ativo. Acontece que existe um processo de subfinanciamento das ações. O valor do repasse é menor do que os verdadeiros custos, o que torna Estados e Municípios dependentes desses recursos e dificulta a prestação dos serviços de saúde à população.

Como destaca a CNM, os Entes federados ganharam nos últimos anos cada vez mais atribuições, resultando na aplicação de mais de 22% das receitas próprias em saúde. O resultado extrapola os 15% estabelecidos na legislação vigente.

Em outro material, a entidade analisa um conjunto de programas federais e mostra a desatualização dos repasses para manter essas iniciativas. Os percentuais de defasagem variam de

12,4% até 64,1%. Essa diferença entre os recursos repassados e o que deveria ser é absorvida por Estados e Municípios.

Para se ter ideia, o Programa Assistência Farmacêutica Básica disponibiliza aos Municípios o valor de R\$ 2,36 *per capita* ao ano. Se fosse corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), esse valor deveria ser hoje R\$ 3,35 pelo menos.

Situação parecida acontece também com o Piso Vigilância Sanitária. O recurso que chega aos entes federados é de somente R\$ 0,60 *per capita* ao ano para cobrir ações de prevenção a problemas sanitários. Entretanto, esse montante teria que ser R\$ 0,98, corrigido pelo mesmo INPC. Nesse caso, a defasagem ultrapassa os 64%.

O subfinanciamento afeta ainda uma série de outros programas federais como: o Estratégia Saúde da Família, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu), o Brasil Sorridente, dentre outros.

Fora essa questão, há os fatores externos que pressionam fortemente a estrutura do SUS. O aumento da expectativa de vida da população brasileira é um exemplo. Com um número cada vez maior de idosos, cresce também a demanda por saúde, uma vez que esse grupo é mais suscetível a enfermidades. Os tratamentos são delicados e possuem custo elevado.

Orçamento em queda – O segundo entrave, que sinaliza o possível colapso no Sistema, aborda o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2016. Existe uma notável diferença entre a verba que o Ministério da Saúde autoriza e aquilo que é efetivamente pago.

Neste ano, foram autorizados mais de R\$ 121 bilhões, mas somente R\$ 75,5 bilhões foram efetivamente pagos. Cálculos elaborados pela equipe de Estudos Técnicos da CNM revelam que a execução de 2015 é de 62,38%.

Para 2016, o cenário promete ser ainda mais crítico. Segundo o Ploa 2016, a estimativa de recursos a serem dotados para a Saúde é de R\$ 109 bilhões. Esse número representa uma queda de 9,5% no comparativo com o valor autorizado para 2015.

Alerta aos gestores – A Confederação alerta que esse descompasso pode trazer ainda mais dificuldades aos gestores municipais. A orientação é que estejam preparados para definir prioridades para a manutenção dos serviços básicos de saúde.

Dentre algumas das consequências previstas para esse momento de crise, a entidade destaca: corte de programas e estratégias de saúde; necessidade de readequação do quadro de pessoal; deficiência na quantidade de leitos e desabastecimento da farmácia básica.

Atuação da entidade – A CNM apoia toda a ação que resulte em melhorias para os Municípios e, consequentemente, na qualidade da assistência prestada aos usuários do SUS. A entidade concentra esforços juntamente com os gestores municipais para que:

- seja aprovada a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 1/2015, que define o valor mínimo a ser aplicado pela União em ações e serviços de saúde, de forma escalonada, associado à criação de novas fontes para o SUS;
- seja aprovado o Projeto de Lei do Senado (PLS) 308/2015 para descentralizar o ressarcimento ao SUS;
- não aconteça qualquer redução de recursos no orçamento da Saúde, considerando o déficit estimado para o ano de 2016;
- não sejam criados novos programas populares sem fonte de financiamento, que onerem maior responsabilidade financeira aos Municípios.

Trânsito e Mobilidade Urbana

Como cidades brasileiras e estrangeiras

Com o número cada vez maior de veículos nas ruas, as cidades ao redor do mundo começam a dar sinais de saturação. Os congestionamentos se tornam mais frequentes, mais demorados e não têm hora certa para acontecer. O momento pede novas alternativas em Mobilidade Urbana, e as soluções menos poluentes ganham destaque nesse cenário. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) apresenta aos gestores um conjunto de exemplos que podem ser adaptados à necessidade de cada local.

As ações levam em conta o conceito de Mobilidade Urbana sustentável e, portanto, priorizam a redução do impacto ao meio ambiente. Algumas delas foram colocadas em prática em Municípios brasileiros e outras fazem parte das medidas adotadas na Coreia do Sul, Japão e Estados Unidos.

Mobilidade no transporte público

A faixa preferencial tem sido uma alternativa para desafogar o trânsito das grandes cidades, especialmente nos horários mais movimentados. A sinalização desses locais é uma medida de baixo custo que pode contribuir para reduzir o tempo da viagem, alerta a CNM.

Em alguns outros locais, como é o caso de Belo Horizonte (MG) e São Paulo (SP), as faixas para o transporte coletivo são exclusivas. Elas costumam ser pintadas nas vias de grande fluxo e, geralmente, estão posicionadas à direita da via. São restritas aos veículos de transporte público em horários específicos.

Já os corredores de ônibus têm como principal característica o fato de serem destinados a esse tipo de veículo em tempo integral. A localização à esquerda da via faz com que os coletivos não tenham que dividir espaço com os carros que desejam fazer conversão. Porém, exige tempo e custo elevado, uma vez que altera a frota dos ônibus, com portas à esquerda.

O Município de Curitiba (PR) adota, ainda,



Prof. de São Paulo/SP

outra opção de mobilidade no transporte público: é o *Bus Rapid Transit* (BRT), da sigla em inglês. Também conhecido como Veículo Leve sobre Pneus (VLP), o serviço funciona como um tipo de corredor que prioriza a circulação do transporte coletivo.

Ele foi criado há quase 40 anos e de lá até aqui oferece vantagens com relação ao transporte coletivo tradicional. Um dos principais benefícios é que os veículos do BRT circulam com maior velocidade, sem retenções de trânsito, consumindo menos combustíveis e, conseqüentemente, emitindo menor quantidade de poluentes.

Mobilidade para os pedestres

A utilização em massa do automóvel traz uma série de conseqüências não apenas para o tráfego local e o meio ambiente, como também para a saúde da população. O sedentarismo é uma delas. E junto com ele surgem problemas cardiovasculares, respiratórios, obesidade e outras doenças. Por esse motivo, algumas cidades têm investido em locais favoráveis ao deslocamento dos pedestres, garantindo sua mobilidade e qualidade de vida.

Uma das opções é restringir o acesso do auto-

móvel em algumas zonas e vias centrais da cidade. Além de aumentar o movimento no comércio local, essa medida confere ao cidadão mais espaço urbano. Nesses locais podem ser desenvolvidos eventos, feiras e outras atividades.

A cidade portuguesa de Funchal, por exemplo, adota uma ampla orla de lazer. O trajeto reúne jardins, parques e ciclovias para moradores e turistas. No Brasil, alguns Municípios como Fortaleza (CE) e João Pessoa (PB) também oferecem espaços semelhantes. Com mais de 4 km de extensão, o calçadão de Copacabana no Rio de Janeiro (RJ) é um dos cartões postais da cidade.

Mobilidade aos ciclistas

Outras iniciativas promovem a Mobilidade Urbana por meio de bicicletas. Recentemente, cidades brasileiras começaram a implantar o serviço integrado de bicicleta pública. É o caso de São Caetano do Sul (SP), que idealizou o projeto *Sanka Bike*.

Funciona assim: após preencher um formulário, o indivíduo faz um credenciamento e pode utilizar o veículo sempre que quiser por uma taxa simbólica anual. As bicicletas são distribuídas em várias

As Cidades lidam com a Mobilidade Urbana?



Pref. do Rio de Janeiro/RJ

estações pela cidade e estão disponíveis durante todo o dia. As regras de empréstimo e devolução podem variar de local para local.

Para aumentar o uso da bicicleta, muitos gestores têm investido ainda em ciclovias nas pistas mais movimentadas. São Paulo (SP), por exemplo, adotou recentemente uma faixa exclusiva aos ciclistas na Avenida Paulista.

Alguns países já oferecem também o transporte de bicicletas no transporte coletivo como forma de integrar os meios de transporte. Nos Estados Unidos, por exemplo, o passageiro pode utilizar esse serviço sem nenhum custo adicional. Cada veículo permite o transporte de no máximo duas bicicletas por vez, que ficam em um suporte do lado de fora do ônibus. Já dentro do veículo, o transporte de bicicletas pode ser restringido.

Outros países vão ainda mais longe e estudam formas inovadoras de estimular o uso desse tipo de veículo. Em Seul, na Coreia do Sul, um escritório de arquitetura desenvolveu o Projeto *Bike Hanger*. Trata-se de um suporte vertical de bicicletas, como se fosse um cabide, no intuito de reduzir o espaço ocupado pelos estacionamentos

ao longo da cidade.

Já Tóquio, no Japão, desenvolveu um estacionamento de bicicletas, o qual chamou de *ECO Cycle*. O diferencial do projeto é que o estacionamento subterrâneo dispensa a intervenção de operadores. Todo o processo se dá por meio de um sistema robotizado e autônomo.

Das soluções mais práticas às mais complexas, o importante é lembrar que a mobilidade deve ser uma área de constante atualização na gestão local. A coletânea de boas práticas mostra que o tema tem sido cada vez mais discutido ao redor

do mundo e revela também a sua importância para o futuro das cidades.

A Confederação desenvolve o Projeto *MoviMente* em parceria com a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Por meio de uma metodologia inovadora e colaborativa, a ideia é desenvolver ações que contribuam com a Mobilidade Urbana em Valparaíso de Goiás (GO).



Flickr Olemiswebs

Crise nos Municípios

Diretoria da Confederação levanta demandas cruciais do movimento

A diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) e presidentes das entidades estaduais foram recebidos pela presidente Dilma Rousseff na manhã do dia 22 de outubro, no Palácio do Planalto. Durante o encontro, os gestores apresentaram os temas urgentes da pauta municipalista, dentre eles o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Nos dias de hoje, o imposto é concentrado na mão de poucos Municípios. A Confederação tem acompanhado a tramitação da proposta no Congresso Nacional e defende que o ISS seja redistribuído com os outros entes federados, que somam mais de 5,6 mil.

O segundo vice-presidente da CNM, Luiz Sorvos, explicou para a presidente Dilma Rousseff que se a matéria for aprovada no Senado, sem alterações no texto que veio da Câmara, os cofres municipais poderiam receber uma injeção de cerca de R\$ 8 bilhões. Esse recurso extra poderia ser utilizado para custear ações de saúde, educação, dentre outras áreas consideradas essenciais.

Também estava inclusa na pauta municipalista a mudança no critério que define o reajuste do Piso do Magistério. Pela Lei 11.738/2008, esse reajuste deve ser feito no mês de janeiro de acordo com o valor mínimo por aluno definido no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Todavia, como explicaram os gestores, esse mecanismo de reajuste compromete quase todos os recursos que os gestores recebem somente para o pagamento da folha.

Durante a reunião, veio à tona o repasse extra do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O compromisso firmado entre União, Congresso e CNM era o seguinte: 1% de aumento no repasse, sendo 0,5% concedido em julho deste ano e 0,5% em julho de 2016. Acontece que a primeira parcela foi de apenas 0,25%, metade do que havia sido

firmado. Essa queda prejudicou muitos Municípios, especialmente os de pequeno porte, que contavam com o repasse para desenvolver suas ações.

Outro tema urgente para os gestores municipais, e que foi apresentado no encontro, diz respeito aos programas federais. Sorvos destaca a necessidade de correção dos valores que o governo repassa aos Municípios. "Trinta centavos não dá para pagar a merenda escolar. O Programa Saúde na Família não é reajustado há 10 anos", comentou o segundo vice-presidente da CNM após a reunião com Dilma Rousseff.

Avisão de Dilma – Em sua fala, a presidente da República demonstrou ter conhecimento sobre as pautas apresentadas pelos gestores municipais e seus desdobramentos nos Municípios. Ela acredita que a reunião foi um momento para discutir detalhadamente esses temas e buscar alternativas que possam tirar os Entes federados dessa situação caótica na qual se encontram.

A presidente sinalizou, porém, que em razão do momento desfavorável da economia brasileira, não será possível lidar com questões como o reajuste dos programas federais. Dilma também não firmou compromissos sobre a contrapartida da União para custear o Piso do Magistério e o repasse de 0,25% do FPM que ainda não foi concedido aos Municípios. Por outro lado, a presidente trouxe à mesa um tema polêmico: a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

Volta da CPMF? – Enviada ao Congresso Nacional em setembro, a proposta do governo prevê a volta do tributo com alíquota de 0,20% para cobrir o déficit da Previdência Social. Governadores condicionam apoio à proposição, desde que seja mantida a alíquota de 0,38%. A arrecadação seria dividida da seguinte maneira: 0,20% para a União e o restante, 0,18%, dividido igualmente



entre Estados e Municípios.

Durante coletiva de imprensa após a reunião, Sorvos reforçou o posicionamento da Confederação. Ele esclareceu que, além da partilha, a ideia é que esse dinheiro seja utilizado para financiamento da saúde e da educação; não apenas da Previdência como consta na proposta original.

"Defender imposto é sempre constrangedor, principalmente na situação em que vivemos, mas não temos alternativas. É necessário nos unir, porque o Estado está precisando desse imposto. As prefeituras precisam desse imposto. Nós, prefeitos, defendemos a CPMF, desde que ela seja compartilhada com os Municípios. Não do jeito que foi encaminhada para o Congresso", afirmou após a reunião com Dilma.

O ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, reconheceu que o governo trabalha com a possibilidade de alíquota de 0,38%. Adiantou que espera a colaboração dos prefeitos para pressionar os parlamentares e aprovar a volta do tributo. A proposta está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) aguardando relator.

...va até Dilma ...o municipalista



Roberto Stuckert Filho/PR

Na visão dos gestores municipais, a reunião foi positiva, apesar de, em um primeiro momento, não trazer uma resposta concreta às reivindicações dos Entes municipais. Os representantes da CNM que estavam presentes à reunião foram: Luiz Lázaro Sorvos, 2º vice-presidente; Hugo Lembeck, 1º tesoureiro; Valdecir Colle, 2º tesoureiro; Eduardo Tabosa Júnior, 1º secretário; Anderson Zanon, presidente da Associação Estadual de Municípios do Rio de Janeiro (Aemerj); Marcelo Beltrão, presidente da Associação dos Municípios de Alagoas (AMA); Maria Quitéria, presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB); Expedito Nascimento, presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece); Dalton Perim, presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes); Cleudes Bernandes da Costa, presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM); Divino Alexandre, presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM); Antônio Júlio de Faria, presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM); Neurilan Fraga, presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM); José Antônio Vasconcelos da Costa, presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup); José Patriota Filho, presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe); Luiz Carlos Folador, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs); Marcos Monti, presidente da Associação Paulista de Municípios (APM); João Emídio de Miranda, presidente da Associação Tocantinense de Municípios (ATM); Cristiano Beltrão, da Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (Fames); Erney Barbosa, Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul); Marcos Dias, Associação Piauiense dos Municípios (APPM); Clécio Vieira, presidente da Associação dos Municípios do Estado do Amapá (Ameap).

Gestores municipais voltam a se reunir com Planalto para discutir a CPMF

Prefeitos e governadores estiveram reunidos com o ministro da Secretaria de Governo, Ricardo Berzoini, no dia 27 de outubro. Na pauta, a volta da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e os critérios de distribuição do imposto. Já foi adiantado que o grupo se reunirá no próximo dia 4 de novembro para aprofundar a discussão.

No último dia 22 de outubro, a presidente recebeu a diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para tratar dos temas urgentes da pauta municipalista. Durante a reunião, veio à tona o possível retorno do imposto.

Dilma explicou que a intenção do Planalto é incorporar a alíquota de 0,20% para cobrir o déficit da Previdência. Gestores municipais e governadores condicionam apoio à CPMF desde que a esse percentual seja incorporado o adicional de 0,18% para ser distribuído entre Estados e Municípios em proporções iguais. Esse posicionamento foi reforçado pelo segundo vice-presidente da CNM, Luiz Sorvos, na reunião com o ministro.

Até agora, existe um consenso entre as entidades municipalistas e os governadores sobre a destinação dos recursos. Eles iriam para Seguridade Social, englobando o uso dos recursos para saúde, educação, previdência e assistência social.

CRITÉRIO DE DISTRIBUIÇÃO

Falta definir ainda se o critério de distribuição para os Municípios será com base no número de usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ou com base na população, mesmo cálculo usado para o rateio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Para a Confederação, o percentual deve ser distribuído de acordo com o número de habitantes.

PARTICIPANTES

O encontro com Berzoini contou com a participação de prefeitos, de integrantes de entidades representativas dos Municípios e dos governadores do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e de Pernambuco, Paulo Câmara. A decisão final deverá ser apresentada a presidente Dilma Rousseff no dia 19 de novembro.

Eventos

Diálogo Municipalista capacita gestores

Sudeste, Sul e Nordeste do Brasil receberam em outubro o *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais*. Gestores dos Estados que compõem essas regiões foram capacitados nas diversas áreas da administração pública local, e as palestras foram elaboradas de acordo com a realidade de cada uma delas. No primeiro, sediado em São Paulo (SP), com prefeitos mineiros, paulistas, capixabas e fluminenses, a crise foi apontada como o problema passível de ser resolvido desde que haja preocupação com a gestão. Muitos participantes contaram quais medidas adotaram para conter a falta de recursos e manter os serviços à população. “Proibi horas extras, cortei gratificações, autorizei licenças-prêmio somente sem o valor (apenas folgas) e dividi em três turmas de servidores para conseguir honrar com os pagamentos. Se essas medidas não forem suficientes, vamos dar continuidade aos cortes. Não sei se vale a pena buscar uma reeleição, porque é frustrante, e a rejeição é alta. Sou prefeita só para pagar salários e não tem como investir”, contou a prefeita de Itararé (SP), Cristina Ghizzi.

A crise só agrava a situação dos Municípios, que cada vez mais devem buscar “dar nó em pingo d’água” para atender ao cidadão. O que os participantes mais clamavam é pela reforma federativa. “Este é o grande desafio que os líderes municipalistas têm pela frente: aumentar a participação no bolo tributário, ser mais ouvidos, ter mais voz nas decisões, e os deputados e senadores precisam compreender isso. É no Congresso que as coisas acontecem”, disse o presidente da CNM em exercício, Glademir Aroldi.

No Sudeste, os problemas são comuns, e os sentimentos são de indignação porque os gestores querem fazer investimentos, melhorias e se sentem engessados. “Temos de buscar caminhos para enfrentar da melhor forma esta crise que assola o Brasil. Infelizmente teremos um PIB [Produto Interno Bruto] negativo e isso impacta diretamente as



Agência CNM

gestões municipais. Temos de promover algumas ações para chegar a 2016 sem estar criminalizado pela Lei de Responsabilidade Fiscal que só existe para prefeito”, lamenta o presidente da Associação Paulista de Municípios (APM), Marcos Monti.

Em nome da Associação de Municípios do Espírito Santo (Amunes), Dalton Perim fez menção à necessidade de a população conhecer o cenário crítico das prefeituras e disse que é preciso importar-se mais com a eleição do Congresso Nacional. “Os congressistas são responsáveis pelas leis que nos impactam. Deputados e senadores algumas vezes nem sabem o que eles estão votando. Isso é uma falta de respeito com os prefeitos. O papel do Congresso é defender a base dos Municípios, que é onde o cidadão mora.”

Representante da Associação Mineira de Municípios (AMM), o prefeito de Moema (MG), Julvam Rezende, fez duro discurso sobre os anseios da população quando não são atendidos como esperam. “Isso é resultado de uma crise que o Brasil vem passando há muito tempo. Da Federação de falácias que vivemos, da concentração de recursos na União e de atribuições nos Municípios. É uma equação que não funciona. Nós ficamos aceitando isso há muito tempo. Não dá pra ficar desse jeito. Eles com o dinheiro e nós como cordeiros

buscando as migalhas e respondendo o Ministério Público, além do povo.”

Presidente da Associação de Municípios da Araraquarense (AMA), Jurandir de Moraes alega que a crise se agrava quando os Estados e a União não cumprem as responsabilidades deles. “Hoje não sobra nada porque estamos atendendo obrigações que não são dos Municípios. Esperamos que o Pacto Federativo realmente aconteça e que isso seja rápido, pois do jeito que estamos seremos automaticamente réus.”

O secretário de Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo, Floriano Pesaro, também participou do *Diálogo do Sudeste* e apontou motivos pelos quais os governos municipais sofrem tanto com a crise. “A situação desmorona como se fosse um castelo de areia. Aumento de juros e desemprego. As pessoas vão deixar de consumir e nós vamos perder receita. São Paulo vai fechar com déficit este ano. Já estamos no limite da LRF. Isso num Estado que estava numa situação de equilíbrio absoluto.” Para ele, além de repassar mais recursos aos Municípios, o caminho é a capacitação e a disseminação da informação.

Situação no Sul do País

Educação, Saúde, Tecnologia e Inovação, Jurídico

es no Sudeste, Sul e Nordeste brasileiro

dico, entre outras palestras devem contribuir para os gestores gaúchos, paranaenses e catarinenses após o *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais do Sul*. Sediado em Florianópolis (SC), o evento foi prestigiado também pelo chefe do Governo de Santa Catarina, governador Raimundo Colombo. Na ocasião, ele deixou importantes recados aos prefeitos e demais agentes municipais. “Vamos fazer escolhas difíceis e dolorosas. A Irlanda tomou medidas difíceis e hoje é o país que mais cresce na Europa. A Grécia fechou os olhos e deixou correr. Vamos viver um período difícil e o primeiro semestre do ano que vem vai ser ainda pior.”

Colombo recomendou mobilização, organização e conscientização. “Não conheço ninguém que seja contra a reformulação do pacto federativo. Os recursos estão concentrados desde a época do império. Não estamos lutando contra um governo que está lá. É um modelo cultural.” Para o governador, todo gestor precisa dizer o que as pessoas não querem ouvir. “Quem não tem verba, tem que ter verbo. Ninguém é burro. Você precisa colocar de forma clara para a população”, aconselhou.

Antes mesmo de iniciarem os painéis temáticos, os participantes estavam ansiosos, pois, segundo eles, a administração pública municipal beira ao caos. “Mantemos a folha, mas o pagamento dos fornecedores está atrasado. E eles deixam de nos atender, com razão. Eles têm receio de não receberem. Não temos grandes empresas e dependemos do Fundo de Participação dos Municípios. Como tivemos diminuições, estamos com dificuldades para equilibrar as contas. Nos preocupa como vai ser o próximo ano, que é o fechamento da gestão”, explica o prefeito de Campo Magro (PR), Louvainir Menegusso.

Presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Luiz Carlos Folador ressaltou que o modelo atual está desfocado. “Todas as áreas podem ser melhoradas, mas temos de ter o recurso. Hoje, pelos cálculos



da CNM, 17% dos recursos ficam para os Municípios, e as responsabilidades só aumentam. Não queremos deixar de tê-las, mas precisamos dos recursos. Que possamos buscar o novo pacto federativo, fazer o que muitos países fizeram, como Noruega e Alemanha, que concentraram a arrecadação nos Municípios”, defendeu.

A Associação de Municípios do Paraná (AMP), por meio do presidente Marcel Micheletto, também destacou que é preciso exigir decência do poder central. “Não podemos admitir a falta de responsabilidade com os prefeitos e prefeitas. Pessoas de bem que estão servindo sua população não estão mais suportando toda essa carga. Precisamos ter atitude, fazer reuniões regionais, mostrar à nossa comunidade e à imprensa que quem não paga a conta é o primo do rico, que concentra 60% das receitas que saem dos Municípios. A corda estoura no mais fraco. Temos de fazer os deputados estaduais, federais e senadores estarem conosco, verificar as dificuldades e fazer leis coerentes. Que não venha para o colo do prefeito o que não podemos pagar. Esse é um dia para debater as medidas para apertar o cinto.”

O presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), José Cláudio Caramori, falou sobre a tradicional “choradeira” pela qual os

prefeitos são acusados. “Hoje as lágrimas são de desespero. Temos um mandato a terminar, a LRF para cumprir. Como cortar na própria carne e suportar uma carga que pode nos condenar, manchar nossa história pessoal e familiar? Para não ferir a Lei de Responsabilidade Fiscal, cortamos funcionários que vão fazer falta, pois não estavam lá por acaso. Procuramos diminuir os custos, pois não há Município que tenha gordura para queimar”.

Tesoureiro da CNM e vice-presidente da Fecam, Hugo Lembeck discursou pelo fortalecimento do movimento municipalista. “Temos de levantar essa bandeira [novo pacto] todos os dias. Falar da injustiça e do sistema federativo fadado à falência e quem vai sofrer são os Municípios. Não estamos querendo menos responsabilidades. Queremos ser ressarcidos por aquilo que estamos fazendo. Os Municípios foram abraçando uma coisinha aqui, outra lá. Um programa aqui e outro ali. Isso foi sugando aos poucos aquilo que os Municípios tinham.”

Como o *Diálogo do Centro-oeste* será em Goiás, o presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM), Divino Alexandre, esteve no encontro para reunir ideias. Ele também fez convocações. “Temos travado lutas pela melhor divisão do bolo tributário para que o Município possa ganhar força. É lá onde são prestados os principais serviços.



Quero dizer que vivemos um momento ímpar de repensar a gestão pública no Brasil. Não é possível que os Municípios com as maiores demandas e responsabilidades fiquem com a menor parte do bolo. E a cada ano os governadores e presidentes nos colocam mais responsabilidades. Como podemos avançar se nossa possibilidade de investir é zero? No Diálogo, a imprensa e a sociedade podem entender melhor qual o papel do gestor e as dificuldades que estamos enfrentando neste momento”, reforçou.

Todos esses líderes municipalistas concederam entrevista coletiva para a imprensa sulista e destacaram que, por meio da mídia, o cidadão pode entender que a “culpa não é do prefeito”. Na oportunidade, eles pediram que a imprensa nacional ajude a contar a realidade sobre as finanças municipais. “Pessoas de bem que administram as cidades vão pagar com seus bens por causa da irresponsabilidade que não é deles. Por exemplo, o governo nos repassa R\$ 0,30 para merenda escolar. O que se compra? Nem uma banana”, exemplificou o presidente da AMP.

Nordeste

A abertura solene do *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais do Nordeste* contou com a presença do senador Fernando Bezerra (PSB-PE), que é relator da Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo no Senado Federal. Em nome da CNM, o secretário Eduardo Tabosa agradeceu ao senador Fernando Bezerra pelas vezes

em que ele recebeu o movimento municipalista para, junto à entidade, encaminhar pautas referentes ao pacto federativo. “Quero agradecer seu empenho e dedicação no Senado e ao deputado André Moura do Sergipe, que não está presente, mas nos ajuda na Câmara”.

Bezerra falou de propostas que tramitam no Congresso e podem gerar R\$ 20 milhões de receita para os Municípios de uma só vez. Como uma das soluções, ele indicou o imposto sobre herança e doações [aplicados em casos acima de R\$ 1 milhão]. A previsão é de uma arrecadação anual em torno de R\$ 16 bilhões. “Vamos cobrar o imposto de quem pode pagar. É assim nos países mais desenvolvidos do mundo”, defendeu o senador.

Em relação ao crítico período, ele ressaltou: “nós não vamos sair dessa crise se não se reconhecer que gastou mais do que tem. A gente vai ter de cortar. Nós não podemos ficar nos iludindo. A conta chegou e tem de ser paga. É hora de tomar medidas amargas e está na hora de dizer que vamos organizar nossas contas e promover as mudanças que o País necessita e exige. Saída para esta crise tem e vontade também. Precisamos falar as coisas com clareza, ter rumo, ter foco”, finalizou.

Programação

Como a programação dos Diálogos foi elaborada de acordo com os problemas que acometem cada região, no Nordeste, o tema inicial tratado em palestras foi a seca. O primeiro painel técnico contou com a presença do presidente da Agência

Pernambucana de Água e Clima (Apac), Marcelo Asfora, que apresentou todo um histórico da estiagem, com número de mortes e perdas de rebanhos. Asfora foi firme em dizer que “não existe uma política de Estado que trate da seca”, apenas o combate à desertificação. Para ele, a seca historicamente tem sido tratada como uma doença excluída. “A maior metrópole hoje do País vive uma seca e nega porque está relacionada à falta de desenvolvimento e à pobreza. A seca tem de ser tratada no conceito da Defesa Civil: prevenção, preparação, socorro e reconstrução. Não dá pra tratar só depois que ela acontece.”

O presidente da Apac diz que os Municípios e os Estados devem ter planos de prevenção, pois não dá pra esperar a seca acontecer. “Se não executarmos a infraestrutura adequada, obras temporárias, jamais vamos resolver o problema. A gente nunca sabe o trabalho que ela vai dar, quanto tempo vai ficar, então precisamos ter o mínimo de planejamento para conviver com este fenômeno. Isso só acontece se você sabe suas vulnerabilidades, se monitora a questão. Estados e Municípios devem buscar instrumentos”, recomenda.

Também neste painel, a Confederação Nacional de Municípios apresentou o Observatório dos Desastres. A plataforma, criada pela entidade, mostra quantos e como os Municípios convivem com as Situações de Emergência e Calamidade Pública, causadas desde as enchentes até a seca extrema. O Observatório também divulga notícias, estudos, cartilhas, informativos meteorológicos,

orientações e boas práticas para atuar na área de proteção e defesa civil.

“Crise Hídrica no Nordeste: Alertas e Orientações aos Gestores” é o título da cartilha lançada pela CNM durante o Diálogo no Nordeste. A publicação traz, por exemplo, conselhos sobre o uso dos dessalinizadores como opção aos carros-pipa. Artificio usado em alguns Municípios que tem dado certo.

Outro painéis

“O que é a crise e como ela afeta as administrações municipais” foi tema de outro painel do Diálogo Municipalista do Nordeste. A palestra foi ministrada pelo professor da Universidade Federal de Pernambuco, Marcelo Castro. “Em 2014, o crescimento do país foi zero. A economia brasileira vai diminuir 3% este ano e, no próximo, 1,22%. Então teremos dois anos de retenção no PIB [Produto Interno Bruto], e esse fenômeno só aconteceu há 80 anos. Temos hoje problemas nos serviços, na indústria, no comércio e na agricultura”, resumiu.

Entre as origens desta crise estão políticas de desonerações tributárias para estimular o consumo, o que afetou o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Mesmo assim, governos estaduais e municipais geram superávit de R\$ 14 bilhões. Então, Estados e Municípios financiam parte do buraco deixado pela União.

O Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), representado por Maurício Garcia, expôs algumas pesquisas mais recentes, como a

do desemprego em alta, que fez com que os brasileiros voltassem aos estudos para se capacitar. De acordo com o Ibope, os problemas que mais preocupam os brasileiros recentemente são os ligados à Saúde, para 61% dos entrevistados; depois às Drogas, 37%; e à Educação, 35%.

Sobre a utilização dos recursos públicos, a maioria dos brasileiros acredita que todos os Entes federados (União, Estados e Municípios) são maus administradores e usam o dinheiro público erroneamente. Porém, os maiores índices, portanto as melhores avaliações, são as dos prefeitos. “A população é municipalista e quer uma distribuição mais justa do dinheiro público. Para a população, a atenção dos poderes para com os Municípios é baixa”, diz o palestrante.

O Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE) ministrou painel sobre o último ano de mandato dos atuais prefeitos. Mas, antes de qualquer explanação, o TCE reconheceu a necessidade de mudança no modelo federativo. O conselheiro Valdecir Pascoal citou o momento desafiador causado pela grave crise política no Brasil e pela rigidez nas despesas. “Vivemos um modelo centralizador, com divisão desigual nas despesas e concentração de atribuições nos Municípios. É preciso repactuação, menos dependência de transferências voluntárias. Somos solidários a essa mudança federativa. Mas não se muda da noite por dia, porque ninguém quer arriscar uma política tributária nova.”

Na avaliação das contas, Pascoal diz que o TCE

vai olhar se o gestor atuou com responsabilidade para mitigar os efeitos da crise. Se ele buscou racionalizar gastos supérfluos. O conselheiro indicou que os prefeitos montem uma estrutura mínima de controle interno para alertar riscos em contratos, entre outros danos. “Não queremos estar numa carnificina contra os gestores”, completou.

“A Contabilidade Governamental” foi tema do último painel do *Diálogo Municipalista do Nordeste*. Do Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Márcio de Sousa falou sobre licitação, cuidados com o setor e deu dicas aos participantes. O palestrante defende a importância dos processos informatizados, públicos e registrados. “A não realização de audiências públicas, por exemplo, impõe sanções aos gestores que estão saindo. Estamos no momento de convergência para o padrão internacional. As mudanças que estão acontecendo não são mais uma questão interna brasileira”.

A etapa nordestina do Diálogo ocorreu nos dias 22 e 23 de outubro em Recife (PE), com gestores dos nove Estados nordestinos. Ela foi marcada por excelentes participações de inúmeros prefeitos.

Em novembro, o *Diálogo Municipalista – Encontros Regionais* será promovido em Caldas Novas (GO), nos dias 11 e 12, para gestores do Centro-Oeste; e em Belém (PA), nos dias 23 e 24, para os gestores do Norte.

Mais informações e inscrições em
www.dialogo.cnm.org.br



Boas Práticas

Exemplo a ser seguido, Prefeito tem arrecadado mais

Bom Despacho, Município do interior mineiro, não tem passado por problemas com a crise. E não há segredo algum. Apesar da queda nas transferências, a boa gestão na avaliação do prefeito Fernando Cabral depende de três pilares: arrecadar, gastar bem e evitar desperdícios. Por conta das boas práticas aplicadas, Cabral foi convidado para palestrar no II Seminário de Modernização da Gestão Municipal, promovido pela Confederação Nacional de Municípios (CNM), em São Paulo (SP), no início de outubro.

Ao Boletim CNM, o prefeito contou com detalhes tudo aquilo que tem dado segurança financeira ao Município. “Nós estamos vivendo uma grande crise, a arrecadação está caindo em geral e esperamos queda no PIB [Produto Interno Bruto]. Mas não adianta a gente lamentar. Nós temos de tomar medidas que resolvam os problemas. Nós temos de arrecadar. Sem arrecadação não há o que fazer. Você não pode fazer uma obra, pagar uma despesa. A primeira obrigação do prefeito, legal, ética e moral, é garantir que o Município arrecade o que lhe é de direito. Até porque quem costuma sonegar mais são os maiores. Os pequenos não sonegam tanto.”

Com mais arrecadação, o segundo passo é gastar corretamente, defende Cabral. “Depois de arrecadar bem, nós temos de gastar bem. Ter licitação bem feita, projetos básicos bem feitos e garantir a competição entre as empresas. Com isso, estamos ganhando no preço. Nós estamos pagando cada vez menos, ano a ano, apesar da inflação. Pagamos menos em construção civil, equipamentos, materiais etc. Proporcionamos uma competição justa e exigimos preços bons. Então é comprar bem”, explicou.

Para completar o pilar, é preciso ficar de olho em todas as perdas e desperdícios. “Reduzi a conta de luz, água e combustível, porque otimizamos



Prof. de Bom Despacho/MG

as viagens intermunicipais. Todas as áreas têm como economizar”. Em resumo, esses cuidados com a administração podem mudar a realidade do Município, assegura o prefeito mineiro: “com boa arrecadação, boas compras e não deixar o desperdício tomar conta, nós vamos superar a crise. E sair por cima, melhores do que entramos.”

Arrecadação em alta

Quando assumiu a Prefeitura de Bom Despacho em 2013, Cabral recolhia 25% daquilo que tinha a receber do Imposto Sobre Serviços (ISS). Ao introduzir a nota fiscal eletrônica, foi possível quadruplicar este total. A média de arrecadação era de R\$ 180 mil por mês e agora é de R\$ 650 mil. “São ganhos substanciais e significativos”, ressalta.

Em relação ao Imposto Sobre Transição de Bens Imóveis (ITBI), o arrecadado era em torno dos 50%. “Passamos a cobrar o valor correto e melhoramos na ordem dos 50%”. Portanto, só o ITBI passou de R\$ 2 milhões para R\$ 4,5 milhões.

No Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana (IPTU), a arrecadação passou de R\$ 2 milhões para R\$ 6 milhões (triplicou). E este ano deve chegar entre R\$ 7 a R\$ 8 milhões. “Fizemos

uma cobrança sistemática. Aumentamos de 30% para 70% e estamos nos aproximando dos 75% de adimplentes. Aqueles que não pagaram nós levamos à justiça, nós executamos a dívida. Nós não aumentamos a alíquota de nenhum desses impostos. Apenas passamos a cobrar daqueles que não estavam pagando, os sonegadores”, esclareceu.

De acordo com Fernando Cabral, essa elevação na receita própria compensou em grande medida as perdas recentes com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). “E com isso conseguimos não paralisar a cidade. Bom Despacho hoje não tem nenhuma conta atrasada, estamos com os fornecedores em dia, servidores em dia. Todas as nossas contas estão rigorosamente em dia. E é uma grande vantagem, porque isso nos dá condições muito boas de compra. Toda vez que a gente vai comprar, o fornecedor sabe que vai receber”.

O fato de ter arrecadado mais, além de ajudar em momentos de crise como este, ainda possibilitou que os servidores de Bom Despacho ganhassem aumento real acima da inflação, em especial os do magistério. “Na região ninguém tá conseguindo fazer isso, infelizmente”, lamenta o prefeito.

Prefeitura de Bom Despacho (MG) Mais e gastado menos

Gastar corretamente e evitar desperdícios

Terceiro ponto dos três apresentados por Fernando Cabral é o controle sobre as despesas. Na gestão dele, o Município tem conseguido economia considerável nas contas de água e energia. Como? “Mandei levantar todas as contas de luz junto à distribuidora de Minas. Visitamos todos os locais que tinham unidade de consumo da prefeitura e identificamos vários locais que não eram mais locados por nós. Estávamos pagando muitas contas que não eram mais nossas. Nós deixávamos as locações e as contas continuavam indo para a prefeitura”, evidencia.

Só nas contas de água havia perda com torneiras não utilizadas e a cobrança da taxa mínima era mantida. Problemas assim foram constatados e resolvidos e a economia chegou a 30%. “De R\$ 300 mil, nós passamos para R\$ 200 mil. A Companhia dá descontos para quem paga em dia e vamos tirar cerca de R\$ 80 mil só de premiações pela pontualidade, porque seis meses sem atraso, o desconto é de 50%”, comemora.

Outra perda identificada pela gestão de Bom Despacho foram os juros dos bancos. Cabral explica que a prefeitura recebe as contas de tributos e outras taxas nos bancos da cidade. Esse dinheiro ficava nas agências às vezes 15 ou 30 dias sem ser transferido. A ideia foi juntar tudo em um bolo maior em somente dois bancos públicos e negociar a remuneração compatível com a taxa Selic. As contas remuneradas a 7% ao ano passaram para 14%. Os lucros em juros de capital estão na ordem de R\$ 2 milhões. Um lucro indiscutível.

“É um dinheiro extra que antigamente não entrava. Essa negociação qualquer prefeitura pode e deve fazer porque, por pequena que ela seja,



Pref. de Bom Despacho/MG

ela tem um saldo significativo e o banco não está pagando proporcionalmente. Para negociar bem tem de ter organização. Se o dinheiro entra e sai da conta desordenadamente não tem interesse para o banco. Nós temos um certo controle. Um exemplo: em janeiro eu abro uma conta do 13º e eu vou depositando todo mês. Aí eu aviso o gerente que só vou tirar esse dinheiro em dezembro.”

Organização por meio do Urbem

Durante a participação no Seminário e depois em entrevista ao *Boletim CNM*, o prefeito de Bom Despacho deixou claro que o carro-chefe desta administração é o *software* de gestão Urbem. Idealizado e disponibilizado pela CNM, a ferramenta foi bastante elogiada por Fernando Cabral. “Nós adotamos várias ferramentas de *software* e dessas o nosso cavalo de batalha é o Urbem. Primeiro é gratuito e isso é uma grande vantagem. Mas não adianta ser gratuito se não funcionar bem. Ele nos atende. Começamos fazendo execução orçamentária e financeira. Fizemos contabilida-

de que não exista no Município. A folha, a partir de janeiro, é só com ele. O cadastro de imóveis e o IPTU. Esses módulos estamos em uso pleno ou parcial. Com isso nós temos grande produtividade em licitações e compras. Nossa contabilidade é confiável e ele imprime relatórios gerenciais que nos ajudam na tomada de decisões. O cadastro antes era sujo, com informações erradas, e, com a transição para o Urbem, ele próprio nos exige qualidade melhor. A informação que entra é boa, a que sai também é boa”.

Outro benefício na utilização do Urbem é a integração entre os setores da prefeitura. “Então tenho um ganho de qualidade e produtividade muito bom. O Urbem nos permite ter um avanço enorme na administração”, conclui.

Com os problemas mais graves longe de Bom Despacho, ele quer resolver questões menores, mas que tornarão o Município um exemplo na gestão ambiental. “Quero diminuir a burocracia e reduzir em 1/3 o papelório. Quero sair da prefeitura com consumo de papel praticamente zero.”

Mobilidade Urbana

Idealizadora da metodologia *Smart* participa de reunião do Projeto MoveMente

O dia 16 de outubro marcou mais um passo importante do Projeto MoveMente da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Uma das idealizadoras da metodologia *Smart*, Susan Zielinski, esteve em Valparaíso de Goiás (GO) e pode ouvir diretamente dos participantes as atividades desenvolvidas por eles. O encontro também contou com a presença da prefeita do Município goiano, Lucimar Nascimento.

Na abertura de sua fala, a gestora demonstrou sua satisfação em fazer parte dessa parceria com a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. “É uma honra para nós poder receber a Susan aqui hoje. Nós ficamos muito felizes de poder contar com a presença dela e de fazer parte desse projeto”, destacou.

Logo mais, foi a vez de os participantes do projeto apresentarem as soluções de mobilidade que vêm sendo planejadas. Após a terceira reunião, realizada no dia 2 de julho, ficou decidido que seriam compostos grupos de trabalho para facilitar a concretização das propostas. Então, foram criados dois grupos: o primeiro com foco na infraestrutura para mobilidade e o segundo que aborda a questão da sustentabilidade.

Apresentação dos grupos de trabalho – O grupo 1 atua no incentivo ao uso da bicicleta. Seus integrantes têm trabalhado ativamente para mostrar à comunidade que a bicicleta pode ser um meio de transporte eficiente na cidade. Para isso, planejam eventos que devem ser incluídos no calendário local. Outra sugestão levantada por eles é construir ciclovias próximas ao comércio a fim de aumentar o fluxo de clientes na área.

Já o segundo grupo possui outra vertente.



Agência CNM

O intuito é utilizar espaços abandonados para construir hortas urbanas e favorecer a agricultura da região. Como relatou sua líder, “existem muitas áreas vazias que são palco de cenas como o uso de drogas e são utilizadas por traficantes e isso não é bom”, justifica.

No futuro, a ideia é conectar essa prática com a criação de uma “moeda verde”, que possa ser utilizada pelos moradores para a compra dos produtos da horta ou mesmo em outras áreas.

Comprometimento – Após as duas apresentações, também houve um momento de orientação para os participantes sobre a criação do conselho local de mobilidade urbana. Um acadêmico da Universidade de Brasília (UnB) trouxe para o debate a importância de efetivar o conselho como forma de aumentar a participação de outros setores da sociedade civil e obter recursos federais.

Em seguida, foi a vez de Susan Zielinski falar sobre o andamento dos dois grupos. Ela abriu sua fala destacando o quanto apreciava o momento e a proximidade com os integrantes do projeto. Susan também comentou sobre as impressões que teve com as propostas.

“Apesar de serem dois caminhos completamente diferentes, eu vejo nesses dois grupos algo em comum: o comprometimento, a vontade de fazer

acontecer. E isso é fundamental, pois as ações têm de surgir da comunidade. A metodologia *Smart* não é impositiva, ela é participativa”, frisou.

Olhar de especialista – Susan também aproveitou o momento para dar algumas ideias aos presentes. Para o primeiro grupo, por exemplo, ela mencionou uma iniciativa bem-sucedida no Canadá: a Semana da Bicicleta. A programação reunia diversas atividades, e, como parte da semana, os ciclistas eram recompensados com cafés da manhã e outros brindes. O evento fez tanto sucesso que foi incluído no calendário local.

Já, para o segundo grupo, ela vê a possibilidade de integração das hortas urbanas com outras áreas. Para Susan, a “moeda verde” poderia ser utilizada como moeda de troca para estimular também o uso do transporte público.

Próximas ações – Os dois grupos ficaram muito contentes com as sugestões recebidas e a possibilidade de conhecer a idealizadora da *Smart* pessoalmente. Até então, o contato só havia sido feito por meio de videoconferência.

Agora, os componentes de ambos os grupos seguem firmes na concretização das ações do Projeto MoveMente. Uma nova reunião deverá ser marcada para os próximos meses. A CNM irá acompanhar a evolução dos trabalhos.